

CONCLUSÃO

De “Cidade Verde”

Alguém te chamou

E o lindo apelido

Depressa pegou

João Ferry (1952)

8.0 CONCLUSÃO

“Teresina cidade verde.” ou “Teresina, cidade verde?”.

As frases acima se diferenciam por sua pontuação. Essas duas frases e seus significados sintetizam bem o que foi esta pesquisa: a problematização de uma afirmação hoje questionada pelos teresinenses.

O verde, objeto deste questionamento, teve início no lugar denominado Chapada do Corisco, próximo ao encontro das águas dos rios Parnaíba e Poti. O verde da mata nativa, predominante na época da fundação da cidade, era formado por uma floresta mista, com predominâncias de palmeiras de babaçu. Esse cenário de babaçuais, paulatinamente dá lugar à cidade de Teresina. Nos terrenos remanescentes da mata nativa brotavam o pau d’arco, os angicos, as palmeiras de macaúba, babaçu, buriti, tucum e carnaúba. Os seus habitantes diversificaram os tons de verde do lugar, ao plantarem, nos sítios e quintais das casas, pés de manga, caju, goiaba, ata, banana, pitomba, jaca, cajá e muitos outros. Nas ruas e calçadas, os pés de oiti, figueiras, algaroba e almendra eram as árvores preferidas. Foi a composição desse cenário que impressionou, em 1899, o escritor maranhense Coelho Neto, que batizou Teresina de “Cidade Verde”.

Na busca de fatos históricos que pudessem evidenciar o apego do teresinense pelo verde da cidade, um achado, nesta pesquisa, foi considerado emblemático.

Em 1970, no cruzamento da Av. Miguel Rosa com a Rua Clodoaldo Freitas (antiga Rua Palmeirinha) existia uma Palmeira de Babaçu. Um certo dia, na calada da noite, o prefeito de Teresina, da época, mandou derrubar a tal palmeira, alegando que era para melhorar o tráfego naquelas vias. O dia seguinte foi marcado por choro e protesto de toda ordem. Vários populares

fizeram discursos. Os moradores da Rua Palmeirinha e adjacências ficaram inconformados com a perda. Talvez porque, no inconsciente coletivo daquela população, a retirada daquela palmeira representasse simbolicamente a derrubada de todos os babaçuais da Chapada do Corisco.

Dada a interdisciplinaridade do tema estudado, “o verde da zona urbana da cidade de Teresina”, e a impossibilidade de esgotá-lo, este trabalho procura responder aos seguintes questionamentos: o verde de Teresina é o resultado de um processo natural ou é uma solução encontrada pelos teresinenses para amenizar o calor?; as ações governamentais têm favorecido a preservação do verde urbano, nos níveis recomendados pelas agendas internacionais?; a educação ambiental da população tem influência na preservação do verde na zona urbana de Teresina?; teriam os movimentos ambientalistas influência na preservação do verde da cidade?.

Neste capítulo de conclusão é apresentado o resumo dos achados, discutidos nos capítulos V, VI e VII, relacionando-os com a fundamentação teórica constantes dos capítulos II e III, considerados importantes para a argumentação das respostas às questões levantadas.

As características físico-ambientais de Teresina (ver Capítulo V), a sensação de calor provocada pelo clima e ainda o rápido crescimento populacional da cidade, pelas inúmeras secas na região, fazem com que a vegetação arbórea (frutífera) dos quintais, ruas e calçadas, apareça, não só como uma manifestação espontânea da natureza, mas também como uma solução criativa da população para atenuar as elevadas temperaturas locais e a fome da população. As fruteiras serviam como uma fonte de renda a mais, além de permitir que a população usufruísse a sombra e os frutos para consumo.

As condições ambientais favoráveis ao desenvolvimento de vegetação arbórea, os tamanhos avantajados dos lotes distribuídos à época da fundação da cidade à população e a legislação referente aos códigos de postura do século XIX, disciplinando o comportamento do teresinense, exemplificam essas soluções locais.

A conjugação desses fatores, condições ambientais, legislação e criatividade do teresinense possibilitam o estabelecimento de uma importante massa verde de quintais na cidade. Essa massa verde de quintais é decorrente da destinação de áreas não edificadas nos imóveis, para a formação de pequenos pomares e área de sombra. O verde dos quintais, embora venha se reduzindo ao longo do tempo segundo mostra este trabalho (Capítulo VI), ainda é bastante expressivo e varia conforme a área da cidade analisada.

Portanto, a conjugação harmônica dos fatores físico-ambientais, do cumprimento da legislação ambiental e da criatividade dos teresinenses, na solução de problemas locais,

possibilitou a composição do verde da cidade que tanto impressiona os seus visitantes.

O capítulo VI deste trabalho, “A ARBORIZAÇÃO DE TERESINA”, faz uma retrospectiva da formação do verde na cidade de Teresina. Esse capítulo evidencia a influência dos órgãos governamentais na formação da massa verde da cidade e na formação da consciência ambiental da população local.

Os Códigos de Postura do século XIX, levantados neste trabalho, datados de 1854, 1867, 1880 e 1890, a legislação estabelecida no início do período Republicano e consolidada a partir da década de 1980, demonstram a preocupação institucional com a formação de uma massa verde urbana e com a conscientização ambiental do teresinense. Esse trabalho legislativo resultou na formação de uma massa verde de quintais significativa e na formação de áreas verdes públicas, representadas pelos parques ambientais, que muito têm contribuído para o apego do teresinense ao verde da cidade, demonstrado pelas manifestações de repúdio ao corte de árvores em várias ocasiões e pela preservação da vegetação arbórea das ruas, praças e parques ambientais ocorrida nos últimos anos.

Nas últimas décadas do século XX, o ideal de progresso, implantado na cidade com a Proclamação da República no final do século XIX, transfere o foco do desenvolvimento da cidade, da arborização para as obras de saneamento básico, como água, luz e calçamento.

Este trabalho considera como primeira influência das ocorrências internacionais com relação ao meio ambiente, refletida em Teresina, a criação do primeiro parque ambiental da cidade, em 1939 como reflexo da primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, realizada no Museu Nacional ¹, no Rio de Janeiro, em 1932.

Com a criação desse parque, foi fundado um centro de produção de mudas de árvores que teve grande importância na arborização das ruas e praças da cidade, naquele período.

A partir da década de 1960, tem início a construção dos primeiros conjuntos habitacionais. A maneira de construir esses conjuntos habitacionais provoca desmatamentos de grandes áreas verdes nativas. Soma-se a esse fato a tendência crescente de diminuição do tamanho dos lotes (uma característica dos conjuntos habitacionais), contribuindo, assim, para a redução das áreas verdes remanescentes da mata nativa e para a redução do verde dos quintais, que se formam após a entrega dos conjuntos à população.

¹ Informação obtida no site (<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/historia.cfm>).

A partir da década de 1970, com o início das grandes conferências, as agendas internacionais contribuem para o aumento das áreas verdes públicas. Essas agendas influem nas legislações federal, estadual e municipal, induzindo a criação dos parques ambientais e a criação de órgãos de preservação do meio ambiente em todos os níveis da administração pública e, também, na institucionalização da EA.

A Legislação Federal de 1979 que institui a obrigatoriedade de reserva de áreas verdes nos loteamentos oficiais, tem grande influência, também, na formação das praças dos conjuntos habitacionais. O número de praças, em decorrência dessa lei, aumentou muito nessa época. Ela trouxe, porém, também, problemas porque destinava as áreas para o verde, mas não estabelecia a responsabilidade por sua urbanização. Abandonadas, muitas delas foram facilmente invadidas, perdendo, portanto toda a população.

As conferências internacionais sobre Meio Ambiente e Educação, realizadas a partir de 1970, tiveram reflexos claros na Constituição Federal de 1988 e reflexos nas legislações estaduais e municipais com o reatamento de conceitos básicos. A regulamentação dessa legislação federal, em nível municipal, resulta numa legislação bastante avançada, datada de 1988, que regulamenta o uso do solo urbano e a preservação do patrimônio ambiental da cidade. É dessa época a lei que institui as áreas para criação futura de parques ambientais (LEI 1939/88) que possibilitou a formação da estrutura hoje existente de áreas de acesso público na cidade (parques ambientais) e a Lei 1942/88 que institui o tombamento do patrimônio artístico, cultural e paisagístico da cidade, proporcionando o tombamento da Av. Santos Dumont e de um Tamboril na Praça Saraiva, além de todas as árvores consolidadas existente na área central da cidade.

A Lei 1939/88 torna zona de preservação ambiental as áreas verdes consolidadas na Av. Santos Dumont, Rua Álvaro Mendes, Rua Paissandu, Firmino Pires, Av. Antonino Freire, Av. Frei Serafim, nas ruas 7 de Setembro, Coelho Rodrigues, Areolino de Abreu, Rui Barbosa e de 10 praças na zona centro, mais a Praça 16 de agosto no Bairro São Cristóvão e os “Parque da Cidade” e “Zoobotânico”, além do Horto Florestal (ART 1º § 4º, ANEXO 5).

As conferências de Tbilissi e Rio-92 tiveram reflexo na legislação ambiental e na Política de Meio Ambiente do Município de Teresina, por meio da Lei 2475/96 que dispõe sobre a política de proteção, conservação, recuperação e desenvolvimento do meio ambiente e sobre a instituição da EA em todos os níveis de ensino.

Outras influências das conferências internacionais, na legislação local, podem ser notadas no Plano Diretor da Cidade, o Agenda 2015, que procura atender às recomendações, tanto da agenda 21, através da Agenda 21 Brasileira, quanto às orientações das Agendas Habitat, repassadas pela União aos Municípios por meio da Lei do Estatuto da Cidade.(HABITAT II)

Em pesquisa junto às publicações da Prefeitura de Teresina (1993, 1998, 2000) constata-se um aumento significativo das áreas verdes de acesso público da cidade nos últimos 20 anos. Em 1993, Teresina dispunha de 2,0 m² de área verde de acesso público por habitante (TERESINA, 1994). Em 1998, contava com 4,8 m²/hab. (TERESINA, 1998) e em 2000 com 7,00 m²/ha (TERESINA, 2000). De acordo com levantamento executado, nesta pesquisa, a cidade dispõe hoje de 10,05 m² de área verde de acesso público por habitante, que se considerando o verde das áreas públicas, como as universidades, IBAMA e EMBRAPA, eleva-se para 17,54 m²/hab. (ver capítulo VII). A cidade conta ainda com áreas verdes de quintais que se consideradas elevam o índice de verde total da cidade para 29,59 m²/hab. (17,54 m² de áreas verdes, incluindo as universidades e EMBRAPA, mais 12,05 m² de área verde de quintais).

A legislação que regulamenta a criação e a preservação de áreas verdes no espaço urbano da cidade é resultado de uma legislação ambiental iniciada com os códigos de postura, influenciados pela legislação portuguesa da época, e consolidada na legislação atual com forte influência das agendas internacionais.

Embora as agendas internacionais não determinem índices de arborização mínimos para as zonas urbanizadas, o verde de acesso público da cidade de Teresina (10,05 m²/hab) hoje é bastante representativo, considerando que a maioria das cidades brasileiras não alcançam o índice de 12,00 m²/hab, preconizado no Brasil como ideal a uma boa qualidade de vida nas zonas urbanas (TROPPMAIR, 1989).

Na obtenção desse índice de arborização de acesso público, as ações governamentais tiveram papel decisivo, na medida que os governantes conseguiam fazer cumprir a legislação ambiental.

A Educação do teresinense para a formação de uma consciência ambiental se inicia com os códigos de postura no século XIX, tentando criar uma cultura de preservação da vegetação frutífera na cidade. Como consequência dessa época, surgiram os quintais arborizados, os quais definiram a cor predominante da cidade que impressionou o escritor Coelho Neto, em 1899.

Embora a Educação Formal não tenha sido o foco desta pesquisa, pois essa se restringiu mais à educação não formal, foram encontrados alguns relatos de EA nas escolas na década de 1950. Quando uma das entrevistadas referiu-se à comemorações do dia da árvore, na época que era estudante da Escola Normal de Teresina, e outro entrevistado descreveu como

aconteceu a arborização da Av. Santos Dumont, que, segundo ele, foi uma iniciativa da Escola Dom Severino, contando com a participação dos alunos na plantação das mudas.

A EA não Formal, por meio da conscientização da população para a preservação das árvores da cidade, realizadas nos parques ambientais e meios de comunicação, tem contribuído com a formação de uma massa verde muito expressiva, dando, ainda hoje, um aspecto verde à cidade.

A pesquisa mostra que os parques ambientais, o fundado em 1939 e os criados a partir da década de 1970, em geral, oferecem lugares para caminhada e contato com a natureza e estudo da fauna e da flora locais. Esses parques são abertos aos estudantes e à população em geral e na sua maior parte cumprem, embora de maneira precária, pela falta de planos de manutenção, a sua função de lazer e de educação da sociedade.

Além dos parques ambientais, Teresina contou com algumas tentativas de criação de escolas ambientais. Uma no final da década de 1970, no Parque Zoobotânico de Teresina, pelo governo do estado, que logo depois fechou. Uma outra tentativa aconteceu em 2002, quando Governo do Estado criou “Um Centro de Educação Ambiental” no Parque da Poticabana. Sua finalidade é despertar a consciência ambiental do teresinense para os problemas do Rio Poti, dando visibilidade às agressões feitas ao Rio no trecho Poticabana – Zoobotânico por um passeio de barco, destinado aos alunos da rede estadual de ensino.

Outra tentativa de formar uma consciência ambiental no teresinense tem sido desenvolvida pelos órgãos fiscalizadores. Nos últimos cinco anos, esses órgãos têm deslocado o foco da sua atuação da punição para a formação de uma consciência ambiental dos usuários do meio ambiente local. Essa política compreende o treinamento de pessoal e campanhas educativas com a coordenação do IBAMA local.

A EA no ensino superior instituída como obrigatória em 1977 e regulamentada em 1999 pelo Governo Federal, aparece na grade curricular dos cursos profissionais. O Núcleo de estudos do Trópico Ecotonal do Nordeste (TROPEN), com atuação na formação de profissionais na área de meio ambiente, também tem cumprido seus objetivos, proporcionando a produção de conhecimento sobre a flora e fauna de Teresina, além de estar iniciando a formação, em nível de especialização e mestrado, de pesquisadores em meio ambiente.

A Educação Ambiental em Teresina foi estabelecida pela Lei 2475/96, compreendendo as ações a serem praticadas na escola e as de caráter social que devem ser realizadas nos parques ambientais e veiculada nos meios de comunicação.

A televisão, como veículo de grande penetração nos lares teresinense, também tem papel fundamental na transmissão de conhecimento na área ambiental. Programas como “Ondas Verdes”, na TV Educativa, e o “Clube Comunidade” na TV Clube, são exemplos do início da utilização da televisão local para formação da consciência ambiental do teresinense já no final da década de 1980, seguidos, posteriormente, pelos programas “Aguapé”, “Trilhas de Rumos”, e outros que hoje estão levando a EA à cidade, nesse tipo de veículo de comunicação.

O rádio, a TV e a imprensa representam grande fonte de informação que a maioria das crianças e das famílias teresinenses possuem sobre meio ambiente. Os jornais, ainda no século XIX, eram usados para ensinar hábitos de higiene à população. Hoje a TV é o veículo de maior aceitação, em função da vasta penetração que tem nos lares brasileiros.

Silva e Sales (2000, p. 18), pesquisando quais as fontes que mais contribuíam no processo de construção de representações sociais, sobre meio ambiente, em alunos do ensino fundamental em Teresina, constataram que a televisão contribuía nesse processo com 80% e a escola com 70%. As revistas, com 32%; e os jornais, com 30% ;em por último, com 16%, a família. Ficando evidenciado que, segundo os autores, a indicação da televisão pelos alunos demonstra a importância desse meio de comunicação para levar informação às pessoas em relação às questões ambientais, ficando constatado, ainda, o papel pouco expressivo da escola. O destaque da televisão na difusão de conteúdo voltado para a EA, segundo os autores, é preocupante, pois a televisão é influenciada por todo um sistema socioeconômico conflitante com as idéias de desenvolvimento sustentável.

O processo histórico de EA do teresinense, em convivência com o verde da cidade, contribuiu para a formação de sua consciência ambiental e, conseqüentemente, para o seu orgulho pelo verde da cidade.

Embora existissem manifestações populares isoladas e uma legislação de preservação da vegetação arbórea, não se encontram movimentos organizados em defesa do meio ambiente, antes de 1950 em Teresina.

Os movimentos sociais em Teresina surgem com os movimentos eclesiais de base nos bairros, a partir das décadas 1950/1960 e mostram a preocupação de algumas entidades em educar para o convívio social. Esses movimentos são alimentados pela ação pastoral desenvolvida pela igreja católica com a chegada do bispo Dom Avelar e com a criação de organismos de repercussão social e educacional de pensamento progressista, como o Movimento de Educação de Base (MEB), organizações juvenis para leigos, como a Juventude Agrária

Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC) (MEDEIROS, 1996, p.114).

Embora esses grupos não tenham na pauta de reivindicação principal o meio ambiente, os problemas urbanos são a base dos movimentos daquela época. Temas como solidariedade, melhores condições de habitação, saneamento e fome são os enfoques principais (SANTOS e BRITO, 2001 p.33). Esses grupos evoluem da fase panfletária para a ação junto aos órgãos públicos já no final da década de 1970.

A partir da formação dos grupos de jovens, na segunda metade da década de 1970, com a chegada dos padres italianos, passam a ser discutidos os problemas das comunidades e estes jovens vão formando consciência dos problemas que os afligem, como fome, habitação, saneamento e liberdade de expressão. Esses grupos de jovem evoluem para a formação de associações de bairro, que mais tarde se congregam na União dos Líderes Comunitários da Zona Norte de Teresina (ULCONORTE), na Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí (FAMCC) e na Federação das Associações de Moradores do Piauí (FAMEPI), dentre outras (MEDEIROS, 1996, p. 119; SANTOS e BRITO, 2001 p.33).

Enquanto ocorriam as grandes conferências, final da década de 1970 para o início da década de 1980 (ver Capítulo II), os estudantes locais, também, organizavam-se em defesa do meio ambiente e fundavam as primeiras entidades. A mais importante dessa época é a Fundação Rio Parnaíba (FURPA), que existe até hoje, com grande atuação em Teresina e no Estado.

São dessa época, também, as primeiras manifestações populares em favor das árvores de Teresina. Um grupo de estudantes universitários abraça os “Angicos Brancos” da AGESPISA. Os movimentos estudantis, atentos aos acontecimentos da época, geralmente, bem informados pelos meios de comunicação, aos poucos vão conseguindo a adesão das organizações governamentais à causa do meio ambiente. Essa consciência se manifestou em alguns protestos realizados em defesa de árvores e palmeiras destruídas por queimadas, na Universidade Federal do Piauí no final da década de 1970. A ampliação do movimento resultou na criação de algumas entidades não governamentais, em instituições nos governos estaduais e municipais e nas universidades.

Esses movimentos sociais participam hoje de maneira efetiva na elaboração das políticas públicas, como orçamento Participativo da Prefeitura Municipal e Agenda 21 local. Consta na publicação do Agenda 2015, a Agenda 21 local, transformado em plano Diretor de Teresina, a participação de 40 associações de bairro de Teresina (TERESINA, 2002b, p. 91).

Teresina, Cidade verde?

O trabalho analisou o verde existente na zona urbana de Teresina, a partir de um diagnóstico “quantitativo” das áreas verdes da cidade. Os índices de áreas verdes calculados, neste trabalho, mostram informações quantitativas gerais das áreas verdes de acesso público (IAV) e do percentual de área verde de quintais (PAV) existentes na cidade de Teresina.

Embora esses índices médios denotem informações gerais, a análise dos dados coletados mostra resultados importantes, a seguir, apresentados.

A zona urbana de Teresina, estudada por amostras coletadas em 18 bairros, apresenta um percentual médio de área verde de 20% em relação às áreas edificadas. Nesse caso, cabe a inferência de que, para um lote básico de 300 m² e famílias com 5 pessoas em média, pode-se afirmar que a cota de verdes dos quintais, 12,00 m² de área verde disponível por habitante em média, tem importância igual a disponibilidade de verde aos habitantes, que têm as áreas verdes de acesso público, demonstrando a grande importância dos quintais na formação da massa verde da cidade.

As áreas de hospitais, em áreas adensadas da cidade próximas ao centro da cidade, apresentam índice de verde de quintais muito próximo de zero.

Nesse sentido, verifica-se a necessidade de um estudo de uso e ocupação do solo urbano, que leve ao estabelecimento de tamanho ótimo de lotes para conjuntos habitacionais, clínicas e hospitais, que permitam uma manutenção do verde dos quintais por mais tempo e uma distribuição mais homogênea desse verde, no território da cidade, possibilitando uma melhor qualidade de vida à população, principalmente a de baixa renda.

A análise dos dados mostra, também, que existem ainda espaços livres privados importantes para a cidade, que podem se tornar áreas de lazer público e reserva de área de infiltração para as águas de chuva da cidade, diminuindo as possibilidades de inundação quando das chuvas torrenciais que ocorrem na cidade. São exemplos as áreas ocupadas pela EMBRAPA, UFPI, IBAMA e áreas do Bairro do Por Enquanto além das áreas de lagoas na zona norte da cidade, entre outras.

Neste estudo, constatou-se, também, que as áreas verticalizadas são as que apresentam um menor percentual de área verde privada (quintais, jardins, etc.). Esse fato provoca maior preocupação, quando se analisa que nesses lugares encontram-se as maiores concentrações de pessoas por m² de área verde privada. Apesar de a legislação ambiental de Teresina ser atual, não está previsto na legislação um limite mínimo para o percentual de área verde privada para os imóveis da cidade.

O que ocorre atualmente é que os empresários, para minimizar a deficiência de verde, procuram colocar as construções mais verticalizadas próximos aos parques ambientais ao longo do Rio Poti, deixando o ônus de manutenção desses espaços verdes apenas para a esfera pública. Adicionam, assim, maior valor agregado aos imóveis ali situados, pela valorização dada pela paisagem local.

Os levantamentos realizados das praças de Teresina (Capítulo VII) mostram que em Teresina, a maior concentração de praças se encontra no centro da cidade. Cerca de 15 praças arborizadas localizam-se nessa região. Essa incidência de praça no sítio histórico da cidade demonstra a eficiência da destinação de locais de praças no projeto inicial da cidade. A falta desses espaços nas áreas da periferia da cidade pode levar a população pobre a desenvolver hábitos não condizentes com a vida das cidades.

Locais de lazer para os jovens, sob a vigilância da família e dos vizinhos proporcionam um aprendizado mais eficiente e eficaz nesta relação com o meio ambiente e com a sociedade. Os loteamentos dos conjuntos habitacionais, com lotes cada vez menores, não permitem a construção de espaços de lazer interno, para que os habitantes destes imóveis, possam tirar proveitos dos quintais. Segundo Jacobs (2000, p.83), a formação de Gangues de rua pode ser resultante da falta de espaços de lazer nas áreas próximas as casas, como calçadas e quintais, colocando os jovens cada vez mais longe de casa, longe da vigilância da família.

Em síntese, a escolha do incidente da palmeirinha para concluir este trabalho deve-se ao fato de existirem, naquele acontecimento, todos os elementos ou fatores que têm contribuído para o processo de conscientização ambiental do teresinense e especialmente para evidenciar o seu apego pelo verde da cidade. Dentre os elementos ou fatores que ali estavam presentes, destacam-se a ação governamental atuando na execução do Plano Diretor da Cidade, com a abertura de uma grande avenida; um exemplar de uma Palmeira de Babaçu, representando a mata nativa da cidade; o apego dos habitantes à vegetação nativa da região que lhe serve de referência física e histórica; a organização de pessoas em torno de uma causa, como acontecia no início do ambientalismo; e a mobilização da imprensa na cobertura dos fatos, divulgando os acontecimentos, ora em defesa do verde, ora em defesa do crescimento da cidade. Tudo isso acontecendo ainda num período de exceção política

O corte sincrônico dado ao incidente da Palmeirinha serviu para congelar, nos quase dois anos da realização desta pesquisa, todos os elementos e questões que aparecem na trama deste trabalho e que, de forma conjugada, concorreram para revelar o apego do teresinense pelo verde de sua “Cidade Verde”.